



Município de Santa Bárbara d'Oeste

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 17/2025

Processo Administrativo nº 14341/2025

Torna-se público que o Município de Santa Bárbara d'Oeste, por meio da Secretaria de Saúde, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

Início do recebimento de propostas: 04/11/2025 às 17:00

Término do recebimento de propostas: 07/11/2025 às 17:00

Início de lances: 10/11/2025 às 08:00

Duração de lances: 06 horas

Término de lances: 10/11/2025 às 14:00

Modo de Disputa: prorrogação

Plataforma: <https://pmstabarbara.smarapd.com.br/pregao/>

Critério de Julgamento: *menor preço por item*

Entrega: única

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de medicamentos de uso veterinário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I deste Aviso de Contratação Direta.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal <https://pmstabarbara.smarapd.com.br/pregao/>
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no www.santabarbara.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
 - 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão



Município de Santa Bárbara d'Oeste

entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

- 2.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte e MEIs, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.3. A pessoa física e o empresário individual que se enquadre nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 receberá o mesmo tratamento conferido às micro e pequenas empresas.
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
 - 2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - c) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 2.4.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e



2.4.5. sociedades cooperativas.

- 2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 3.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial, o preço, vinculam à Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe



Município de Santa Bárbara d'Oeste

assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de entregar os equipamentos, em quantidades e qualidade adequadas, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
 - 3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
 - 3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.
- 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo para a contratação.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.4.1. SICAF;
- 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
 - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.8.3. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.8.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser



Município de Santa Bárbara d'Oeste

efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.1.1 Em se tratando de pessoa física, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 6.1.2 Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - 6.1.2.1 Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- 6.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 6.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 6.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.2.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 6.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.
- 6.3.2 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade de 90 (noventa) dias, salvo se o respectivo documento contiver prazo diverso.



6.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1 Não há exigências de qualificação técnica para essa aquisição.

6.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES

6.5.1 O licitante deverá declarar, em campo próprio da plataforma:

- 6.5.1.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.5.1.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 6.5.1.3 que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 6.5.1.4 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 6.5.1.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

6.6 OBSERVAÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 6.6.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio da plataforma, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do licitante ao agente de contratação.
- 6.6.2 É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.6.3 Documentos poderão ser pedidos caso a Unidade Requisitante julgue necessário para o efeito de uma melhor avaliação técnica (Ficha Técnica, Registro do Produto, etc). Estes deverão ser enviados dentro de um período de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento.



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 6.6.4 A omissão de quaisquer dos prazos desclassificará a proposta, no entanto, será considerado como aceito pelo proponente as condições e prazos estabelecidos.
- 6.6.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6.7 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.6.8 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND Federal e ao CRF/FGTS, CNDT quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.6.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.6.10 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.6.11 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.6.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 FORNECIMENTO

- 7.1 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 7.1.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 7.1.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 7.1.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.2 O prazo de entrega do objeto é o estabelecido no Termo de Referência.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 8.1.2 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 8.1.3 não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 8.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - 8.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica;
 - 8.1.6 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento;
 - 8.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.8;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.1 a 8.1.4 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.5 a 8.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MSBO (art. 156, §9º)
- 8.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº



Município de Santa Bárbara d'Oeste

14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 8.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos neste Aviso de Contratação Direta ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 8.12 A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 9.1 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.5 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.6 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.7 Os licitantes deverão deter ciência plena e, se vencedores do presente certame, cumprir, com rigor, os termos do Decreto Municipal nº 7.468/2023 e Anexo Único (Anexo III), sob pena de não pagamento dos valores devidos, inclusive.
- 9.8 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.9 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.10 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



Município de Santa Bárbara d'Oeste

- 9.10.1 ANEXO I – Termo de Referência
- 9.10.2 ANEXO II – Planilha Proposta
- 9.10.3 ANEXO III- Decreto Municipal nº 7.468 de 25 de agosto de 2.023

Santa Bárbara d'Oeste, 03 de novembro de 2025.

MARCUS PENSUTI
Secretário Municipal de Saúde



Município de Santa Bárbara d'Oeste

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO utilizados na manutenção da saúde dos animais abrigados nos canis e gatis do Setor de Controle Animal do Departamento de Vigilância em Zoonoses conforme crédito autorizado na Emenda Impositiva Nº 09 do Projeto de Lei nº 158/2024, nos termos da tabela abaixo e condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Quantidade	Unidade	Especificação
1	1.58.02.0003-3	2,00	FR	ANTIBACTERIANO A BASE DE BENZILPENICILINA BENZATINA 3000000 UI Antibacteriano injetável de uso veterinário a base de benzilpenicilina, benzatina 3000000 ui, benzilpenicilina procaína 1500000 ui, benzilpenicilina potássica 15000000 ui, diidroestreptomicina base (sulfato) 1250 mg. e estreptomicina base (sulfato) 1250mg. Frasco de 20 ml
2	1.58.02.0005-0	20,00	CX	ANTIBIÓTICO DE USO ORAL A BASE ENROFLOXACINA 150MG - CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS
3	1.58.02.0009-2	2,00	AMP	CETAMINA 10% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 50 ML
4	1.58.02.0029-7	1,00	FR	LARVICIDA E CICATRIZANTE FRASCO 500 ML Larvicida e cicatrizante de uso veterinário suspensão em aerossol de cor prata a base de sulfadiazina aluminium metálico ddvp e cipermetrina - frasco spray de 500 ml.
5	1.58.02.0031-9	200,00	CP	MELOXICAM 2MG - USO VETERINÁRIO - COMPRIMIDO Referência de padrão e qualidade: (Maxicam)
6	1.58.02.0032-7	1,00	FR	METABÓLICO HEPATOPROTETOR E IMUNOESTIMULANTE Metabólico hepatoprotetor e imunoestimulante a base de acetilmetionina 5,00g, cloridrato de colina 2,00g, cloridrato de tiamina 1,00g, riboflavina 0,02g, cloridrato de piridoxina 0,04g, cloridrato de arginina 0,60g, nicotinamida 0,50g, pantotenato de cálcio 0,20g, glicose 20,00g - frasco 100 ml Produto Similar/Referência/Parâmetro de Qualidade: Mercepton
7	1.58.02.0051-3	2,00	AMP	XILAZINA 2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 10ML CLORIDRATO DE XILAZINA 0,2G/10 ML Produto Similar/Referência/Parâmetro de qualidade: Xilazyn
8	1.58.02.0057-2	1,00	FR	DEXAMETASONA A 2% INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO - FRASCO 10ML



Município de Santa Bárbara d'Oeste

9	1.58.02.0063-7	1,00	AMP	ACEPROMAZINA 0,2% - SOLUCAO INJETAVEL FRASCO AMPOLA CONTENDO 20 ML
10	1.58.02.0064-5	1,00	AMP	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 1% - FRASCO AMPOLA 10ML Antiemético injetável para cães e gatos a base de cloridrato de Ondansetrona 1% - Frasco ampola de 10 ml
11	1.58.02.0066-1	50,00	CP	DOXICICLINA 80MG ANTIOTICO DE USO ORAL A BASE DE DOXICICLINA 80MG/COMPRIMIDO. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS
12	1.58.02.0076-9	1,00	AMP	MELOXICAM 0,2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 20ML USO VETERINÁRIO
13	1.58.02.0077-7	1,00	TUB	POMADA TÓPICA ANTI-INFECCIOSA PARA CÃES - TUBO 20GR Pomada tópica anti-infecciosa, epitelizante e cicatrizante com gentamicina 0,5g, sulfanilamida 5 g, sulfadiazina 5g, ureia 5g, vitamina A 120.000 UI - excipiente QSP 100g
14	1.58.02.0078-5	10,00	CP	ANTIPULGAS NITEMPIRAM 11,4 MG - COMPRIMIDO
15	1.58.02.0079-3	1,00	FR	ATROPINA 1% - 20 ML SULFATO DE ATROPINA 1% - FRASCO 20 ML USO VETERINARIO
16	1.58.02.0083-1	50,00	CX	VERMIFUGO EM COMPRIMIDO - USO ORAL VERMIFUGO EM COMPRIMIDO DE USO ORAL A BASE DE PAMOATO DE PIRANTEL 348 MG E PRAZIQUANTEL 30 MG. APRESENTACAO EM CAIXA COM 4 COMPRIMIDOS.
17	1.58.02.0084-0	1,00	FR	SOLUCAO OTOLOGICA PARA CAES E GATOS SOLUCAO OTOLOGICA PARA CAES E GATOS A BASE DE TIABENDAZOL, SULFATO DE NEOMICINA, DEXAMETASONA E CLORIDRATO DE LIDOCAINA. FRASCO 20 ML
18	1.58.02.0097-1	2,00	FR	ISOFLUORANO - FRASCO 240ML Anestésico inalatório à base de Isoflurano Frasco 240ml
19	1.58.02.0104-8	10,00	CP	AFOXOLANER 28,3MG - COMPRIMIDO
20	1.58.02.0105-6	20,00	CP	AFOXOLANER 68MG - COMPRIMIDO
21	1.58.02.0106-4	10,00	CP	AFOXOLANER 136MG - COMPRIMIDO
22	1.58.02.0108-0	1,00	TUB	POMADA OFTÁLMICA ANTIBIÓTICA E ANTI- INFLAMATÓRIA - TUBO 5 GR - USO VETERINÁRIO Pomada oftálmica antibiótica e anti-inflamatória com gentamicina, hidrocortisona, vitamina A e vitamina D. Tubo com 5gramas. Uso veterinário

1.2. O material, objeto desta aquisição, é caracterizado como comum e não se enquadra como bem de luxo.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Secretaria Municipal de Administração

Avenida Monte Castelo, 1000 – 4ª andar – Jardim Primavera

Santa Bárbara d'Oeste / SP | CEP 13450-901

+55 (19) 3455-8000

pregao@santabarbara.sp.gov.br | www.santabarbara.sp.gov.br



2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos se dá pela necessidade de prevenir, diagnosticar, curar e tratar doenças e problemas de saúde em animais. Eles auxiliam na melhoria do bem-estar, controle de parasitas, tratamento de infecções, alívio da dor e inflamações para garantir mais qualidade de vida e longevidade para o animal.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Aquisição de materiais para compor o estoque do Departamento de Vigilância em Zoonoses e utilização nas atividades diárias do Controle Animal.

3.2 A entrega dos materiais deverá ser efetivada conforme prazo e descrições definidas neste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O contratado deverá fornecer produto que atenda às especificações contidas na descrição detalhada do item solicitado. O produto deverá ser de primeira linha e atender rigorosamente as características exigidas por esta Prefeitura.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deve ser atendido o disposto na legislação vigente.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do item é de 10 (dez) dias corridos, contado da emissão da Autorização de fornecimento/Empenho e solicitação por escrito, em quantitativo especificado pela Administração.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o Fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no Departamento de Vigilância em Zoonoses, situado na Rua da Cachoeira, 1365, São Joaquim - Santa Bárbara d'Oeste SP, de segunda a sexta-feira, das 08:00 h às 16:00 h, exceto feriados, ou outro local a ser informado pela Administração, dentro do Município.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

6.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a)



Município de Santa Bárbara d'Oeste

responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá após recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, e após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do instrumento contratual.

Condição de pagamento

6.8. O Fornecedor deverá emitir na data da entrega dos materiais a nota fiscal correspondente.

6.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do Recebimento Definitivo, por crédito em conta-corrente em nome do Fornecedor, mediante a apresentação do(s) original(is) da(s) nota(s) fiscal(is).

6.10. O Fornecedor deverá deter ciência plena em cumprir, com rigor, os termos do Decreto Municipal nº 7.468/23 e Anexo Único, sob pena de não pagamento dos valores devidos.

6.11. No caso de atraso pela Administração, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-FIPE de correção monetária.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Município de Santa Bárbara d'Oeste

7.1. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso devendo ser tornado público apenas depois do julgamento das propostas, com vistas a fomentar a competitividade entre os licitantes e potencializar a vantajosidade em eventual negociação a ser firmada pelo Agente de Contratação.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização da modalidade de Dispensa de Licitação por ser tratar de aquisição com valor inferior a R\$ 62.725,59 conforme Decreto nº 12.343, publicado em 30 de dezembro de 2024 que ajustou os valores para dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021.

8.2 O critério de julgamento da proposta será pelo **menor preço do item**.

Forma de fornecimento

8.3. O fornecimento do objeto será **única**.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

9.1.1. Gestão/Unidade: 002.003.005.000 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE/SAÚDE COLETIVA

Funcional Programática: 10.304.0062.2.014

Dotação 2025-238 Vínculo 01.310.0150

9.1.2. Fonte de Recursos: Emenda Nº 9 ao Projeto de Lei Nº 158/2024

9.1.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.09 - Material de Consumo

10. PCA – Plano de Contratação Anual

10.1 O objeto da aquisição está devidamente previsto no Plano de Contratações Anuais (PCA), identificado no Documento de Formalização de Demanda (DFD) pelo código ID 899/2025 – Processo Administrativo 12.835/2025.

11 GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Não se aplica.

MARCUS PENSUTI
Secretário Municipal de Saúde



Município de Santa Bárbara d'Oeste

ANEXO II- PLANILHA PROPOSTA

Item	Código	Quantidade	Unidade	Especificação	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	1.58.02.0003-3	2,00	FR	ANTIBACTERIANO A BASE DE BENZILPENICILINA BENZATINA 3000000 UI Antibacteriano injetável de uso veterinário a base de benzilpenicilina, benzatina 3000000 ui, benzilpenicilina procaína 1500000 ui, benzilpenicilina potássica 15000000 ui, diidroestreptomicina base (sulfato) 1250 mg. e estreptomicina base (sulfato) 1250mg. Frasco de 20 ml			
2	1.58.02.0005-0	20,00	CX	ANTIBIÓTICO DE USO ORAL A BASE ENROFLOXACINA 150MG - CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS			
3	1.58.02.0009-2	2,00	AMP	CETAMINA 10% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 50 ML			
4	1.58.02.0029-7	1,00	FR	LARVICIDA E CICATRIZANTE FRASCO 500 ML Larvicida e cicatrizante de uso veterinário suspensão em aerossol de cor prata a base de sulfadiazina alumínio metálico ddvp e cipermetrina - frasco spray de 500 ml.			
5	1.58.02.0031-9	200,00	CP	MELOXICAM 2MG - USO VETERINÁRIO - COMPRIMIDO Referência de padrão e qualidade: (Maxicam)			
6	1.58.02.0032-7	1,00	FR	METABÓLICO HEPATOPROTETOR E IMUNOESTIMULANTE Metabólico hepatoprotetor e imunoestimulante a base de acetilmetionina 5,00g, cloridrato de colina 2,00g, cloridrato de tiamina 1,00g, riboflavina 0,02g, cloridrato de piridoxina 0,04g, cloridrato de arginina 0,60g, nicotinamida 0,50g, pantotenato de cálcio 0,20g, glicose 20,00g - frasco 100 ml Produto Similar/Referência/Parâmetro de Qualidade: Mercepton			



Município de Santa Bárbara d'Oeste

7	1.58.02.0051-3	2,00	AMP	XILAZINA 2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 10ML CLORIDRATO DE XILAZINA 0,2G/10 ML Produto Similar/Referência/Parâmetro de qualidade: Xilazyn			
8	1.58.02.0057-2	1,00	FR	DEXAMETASONA A 2% INJETÁVEL, USO VETERINÁRIO - FRASCO 10ML			
9	1.58.02.0063-7	1,00	AMP	ACEPROMAZINA 0,2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO AMPOLA CONTENDO 20 ML			
10	1.58.02.0064-5	1,00	AMP	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 1% - FRASCO AMPOLA 10ML Antiemético injetável para cães e gatos a base de cloridrato de Ondansetrona 1% - Frasco ampola de 10 ml			
11	1.58.02.0066-1	50,00	CP	DOXICICLINA 80MG ANTIOTICO DE USO ORAL A BASE DE DOXICICLINA 80MG/COMPRIMIDO. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS			
12	1.58.02.0076-9	1,00	AMP	MELOXICAM 0,2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO AMPOLA 20ML USO VETERINÁRIO			
13	1.58.02.0077-7	1,00	TUB	POMADA TÓPICA ANTI-INFECCIOSA PARA CÃES - TUBO 20GR Pomada tópica anti-infecciosa, epitelizante e cicatrizante com gentamicina 0,5g, sulfanilamida 5 g, sulfadiazina 5g, ureia 5g, vitamina A 120.000 UI - excipiente QSP 100g			
14	1.58.02.0078-5	10,00	CP	ANTIPULGAS NITEMPIRAM 11,4 MG - COMPRIMIDO			
15	1.58.02.0079-3	1,00	FR	ATROPINA 1% - 20 ML SULFATO DE ATROPINA 1% - FRASCO 20 ML USO VETERINÁRIO			



Município de Santa Bárbara d'Oeste

16	1.58.02.0083-1	50,00	CX	VERMIFUGO EM COMPRIMIDO - USO ORAL VERMIFUGO EM COMPRIMIDO DE USO ORAL A BASE DE PAMOATO DE PIRANTEL 348 MG E PRAZIQUANTEL 30 MG. APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 4 COMPRIMIDOS.			
17	1.58.02.0084-0	1,00	FR	SOLUÇÃO OTOLÓGICA PARA CAES E GATOS SOLUÇÃO OTOLÓGICA PARA CAES E GATOS A BASE DE TIABENDAZOL, SULFATO DE NEOMICINA, DEXAMETASONA E CLORIDRATO DE LIDOCAINA. FRASCO 20 ML			
18	1.58.02.0097-1	2,00	FR	ISOFLUORANO - FRASCO 240ML Anestésico inalatório à base de Isoflurano Frasco 240ml			
19	1.58.02.0104-8	10,00	CP	AFOXOLANER 28,3MG - COMPRIMIDO			
20	1.58.02.0105-6	20,00	CP	AFOXOLANER 68MG - COMPRIMIDO			
21	1.58.02.0106-4	10,00	CP	AFOXOLANER 136MG - COMPRIMIDO			
22	1.58.02.0108-0	1,00	TUB	POMADA OFTÁLMICA ANTIBIÓTICA E ANTI-INFLAMATÓRIA - TUBO 5 GR - USO VETERINÁRIO Pomada oftálmica antibiótica e anti-inflamatória com gentamicina, hidrocortisona, vitamina A e vitamina D. Tubo com 5gramas. Uso veterinário			



Município de Santa Bárbara d'Oeste

ANEXO III

DECRETO Nº 7.468 DE 25 DE AGOSTO DE 2023

“Dispõe sobre os procedimentos referente à retenção do Imposto sobre a Renda prevista na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e alterações nos pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens e prestação de serviços pelos órgãos públicos do Município de Santa Bárbara d'Oeste”.

RAFAEL PIOVEZAN, Prefeito de Santa Bárbara d'Oeste, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e do que consta no Memorando nº 5.727/2023,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente a retenção de tributos, em especial o disposto no art. 64 da Lei nº 9.430/1996 e, também, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2145/2023;

CONSIDERANDO a necessidade de instrumentalizar e orientar os procedimentos de retenção, recolhimento e transferência dos valores retidos para o ente público municipal, conforme na Instrução Normativa acima mencionada e dar integral cumprimento às correspondentes obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil,

D E C R E T A:

Art. 1º Os órgãos públicos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, ao efetuarem a retenção do Imposto de Renda (IR) no pagamento para pessoa física ou jurídica com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações, para fins de atendimento das obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil, observarão as disposições contida neste Decreto.

Art. 2º As retenções efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, decorrentes de pagamentos diretos, contratos vigentes ou futuros, bem como sobre pagamentos



Município de Santa Bárbara d'Oeste

antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura, consideradas como antecipação do devido imposto pelos contribuintes e passíveis de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica, deverão ser destacadas no corpo do documento fiscal pelo recebedor, observando-se os percentuais estabelecidos no ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 3º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens que tiverem retenção de valores nas condições especificadas neste Decreto deverão emitir os documentos fiscais em observância às regras de retenção de Imposto de Renda vigentes.

Parágrafo único. A inobservância das regras de retenção constantes no “caput” deste artigo ensejará a recusa do recebimento dos receptivos documentos fiscais, com a notificação para a devida correção como condição de pagamento.

Art. 4º Os fornecedores e prestadores de serviços cujos pagamentos não estejam sujeitos à retenção do IR na fonte deverão apresentar a declaração especificada nos Anexos II, III e IV da Instrução Normativa mencionada.

Art. 5º As retenções referidas no presente Decreto e efetuadas pelos diferentes órgãos públicos municipais terão seu valor transferido ao Município de Santa Bárbara d'Oeste.

Art. 6º Todos órgãos da Prefeitura Municipal deverão orientar seus servidores, prestadores de serviços e fornecedores de bens quanto ao cumprimento da Instrução Normativa referida no presente Decreto, bem como sobre o procedimento de recusa do recebimento de documentos fiscais que não atendam as respectivas regras.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara d'Oeste, 25 de agosto de 2.023.

RAFAEL PIOVEZAN
Prefeito Municipal



Município de Santa Bárbara d'Oeste

ANEXO ÚNICO - TABELA DE RETENÇÃO

(Índices constantes no ANEXO I DA I.N. RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012)

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO	ALÍQUOTA IR
• Alimentação; • Energia elétrica; • Serviços prestados com emprego de materiais; • Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; • Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1234/2012; • Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1234/2012; • Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767 da IN RFB 1234/2012; • Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767 da IN RFB 1234/2012; e • Mercadorias e bens em geral.	1,20%
• Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB 1234/2012; • Álcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB 1234/2012; • Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB 1234/2012;	0,24%
• Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; • Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; • Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; • Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	0,24%



Município de Santa Bárbara d'Oeste

(Pronaf).	
• Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; • Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; • Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; • Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB 1234/2012; • Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k" do inciso I do art. 5º da IN RFB 1234/2012; • Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB 1234/2012;	1,20%
• Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850 da IN RFB 1234/2012;	2,40%
• Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,40%
• Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	0%
• Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; • Seguro saúde.	2,40%
• Serviços de abastecimento de água; • Telefone; • Correio e telégrafos; • Vigilância; • Limpeza; • Locação de mão de obra; • Intermediação de negócios; • Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; • Factoring; • Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; • Demais serviços.	4,80%